

Advocacia como Atividade Social Fundamental para o Equilíbrio no Sistema Jurídico Promovido pelo Estado

Amós Alves Santos¹

Resumo

O advogado exerce um papel moral, ético e social em busca de promover a igualdade de justiça na sociedade, seu papel é um equilíbrio na balança do sistema jurídico brasileiro. A presente discussão, está apresentando também o código disciplinar e ética da OAB, como ferramenta de auto orientação moral e ética para o profissional da advocacia, e não somente um apanhado de regras que os advogados devem seguir para evitar constrangimento com a Ordem dos Advogados do Brasil. Os conflitos sociais, existem das interações entre os indivíduos e as interações entre os as instituições e os indivíduos que são membros do sistema social. A atividade advocatícia, não poder ser vista com mera atividade profissional que visa somente o lucro, pois suas intervenções atingem o sistema social e o profissional que a exerce, tem um papel fundamento no sistema moral, ético e político do sistema. Nesse sentido, esta obra busca os contornos das ações da profissão do advogado que influenciam e corrobora para um sistema social, mais justo e humano. Este trabalho, foi construído por meio de pesquisa bibliográfica, com o objetivo de discutir o papel da advocacia frente

1 Mestre em Teologia pela EST-BA, Especialista em Direito Civil pela EST-Brasil, Especialista em Direito Penal e Processual Penal pela Faculdade Serra Geral-MG, Especialista em Direito do Trabalho e Processo do Trabalho pela Serra Geral-MG, Especialista em Direito Público pela Faculdade Serra Geral-MG, Especialista em Arbitragem, Conciliação e Mediação pela Faculdade Serra Geral-MG, Especialista em Direito Educacional pela Faculdade Serra Geral-MG, Especialista em Perícia e Auditoria pela Serra Geral-MG, Graduado em Direito pela IESUS-BA, Graduado em Administração pela FAI-Iguaçu, Graduado em Pedagogia pelo UESSBA-BA. E-mail: consulting@somaalvessantos.com

a sociedade, sua função social e ética. Conclui-se que, a importância da atividade advocatícia para a sociedade como um todo, apresenta uma abordagem sobre a consciência ética do advogado, como membro fundamental do sistema social atual.

Palavras-chave: Advocacia, ética, consciência social, práticas sociais.

Abstract

The lawyer plays a moral, ethical and social role in seeking to promote equal justice in society, his role is a balance in the balance of the Brazilian legal system. The present discussion is also presenting the disciplinary and ethical code of the OAB, as a moral and ethical self-guidance tool for the legal professional, and not just a collection of rules that lawyers must follow to avoid embarrassment with the Order of Lawyers of the Brazil. Social conflicts exist from interactions between individuals and interactions between institutions and individuals who are members of the social system. Advocacy activity cannot be seen as a mere professional activity aimed only at profit, as its interventions affect the social system and the professional who exercises it, has a fundamental role in the moral, ethical and political system of the system. In this sense, this work seeks the contours of the actions of the legal profession that influence and corroborate for a social system, more just and humane. This work was built through bibliographical research, with the objective of discussing the role of advocacy in society, its social and ethical function. It is concluded that the importance of advocacy activity for society as a whole, presents an approach on the ethical conscience of the lawyer, as a fundamental member of the current social system.

Keywords: Advocacy, ethics, social conscience, social practices

1. Introdução

Ao considerarmos o nosso sistema social contemporâneo, precisamos incluir não só os indivíduos que são membros do sistema, mas também as atividades profissionais que estão no bojo de todo o sistema social.

Evidente que são as ações das pessoas que interferem no cotidiano cultural e social, porém, as instituições que sistematizadas para determinada finalidade específica, também corrobora para o andamento e transformações das questões sociais. Não tem como desvincular o fazer profissional das

intrínsecas atividades das pessoas, pois suas ações na esfera da responsabilidade no trabalho ou na profissão, tem grande relevância social, como é o caso da atividade advocatícia.

Os advogados, como membros do sistema jurídico social, promovido e aparelhado pelo Estado, tem seu papel e estimada relevância para a estabilidade e a paz social.

A profissão de advogado é muito mais do que uma atividade meramente comum de sustento ou de ganho para a vida de quem exerce.

Cabe registrar que o judiciário é um dos pilares da democracia estabelecida no Brasil, é considerada um poder moderador, onde a justiça tem a função de mediar os conflitos sociais, culturais, econômicos e políticos.

Nesse sentido, o advogado é um valioso membro de um poder democrático que busca promover o equilíbrio social, que não existir de forma unilateral e tão pouco de forma parcial, pois todos são iguais perante a lei.

Considerando que o comportamento social do advogado influencia e realiza intervenções no sistema social, pois sua ética e moral, estão regulada para corroborar com a justiça e não somente para se autopromover como uma profissão elitizada, ao contrário, é uma profissão que busca defender inclusive os mais vulneráveis e fracos. Por isso, que a proposta da discussão e análise apresentada neste artigo é importante para compreender melhor, o papel social do advogado perante a sociedade. Para tanto, esta pesquisa, foi construído por meio de pesquisa bibliográfica, com o objetivo de discutir o papel da advocacia frente a sociedade, sua função social e ética.

2. O DESENVOLVIMENTO ÉTICO E A CONSCIÊNCIA SOCIAL DO ADVOGADO

Considerando o conceito de ética e moral, a disciplina da profissão do advogado e até mesmo a Ordem dos Advogados do Brasil, como uma organização que busca imprimir um sistema ético exemplar nos profissionais da advocacia, precisamos agora, analisar o desenvolvimento ético-social dos então profissionais operadores do Direito, pois existem na esfera da profissão certo *status* elitizado que não pode obstar o papel social do advogado.

Pelo simples fato de o advogado ser o indivíduo responsável por mediar conflitos e promover tanto os requerimentos quanto a defesa, mediante ao sistema judicial, sua função vai além da técnica para o exercício profissional, alcança toda a esfera social, participando do processo contínuo de estruturação da sociedade.

O exercício da advocacia, mesmo que de forma privada, objetiva a realização da justiça, deste modo é considerado como um múnus público, pois “a atividade judicial do advogado não visa, apenas ou primariamente, à satisfação de interesses privados, mas a realização da justiça, finalidade última de todo processo litigioso”. A função social da advocacia está, além do cumprimento da lei, na busca do direito e da justiça, sendo que “a compreensão dos deveres e a plena concretização dos direitos dos advogados passam pela mediação de sua prática social, de sujeito coparticipante do processo de reinstituição contínua da sociedade”² (Grifo do autor)

Muitos veem a profissão como uma das mais prospera para se capitalizar e lucrar dinheiro, outros vão em busca do *status*, buscando cargos na esfera pública, especificamente nos tribunais de justiça, até mesmo a carreira de magistrado, desembargador, delegado e outros mais que são exclusivos da formação adquirida no curso de bacharelado em Direito. Em meio a todos esses contextos, cabe ressaltar que os valores exigidos pelo sistema ético da advocacia, são inteiramente compatíveis com os princípios sociais, conforme aponta Medina, “a honra, a nobreza e a dignidade constituem apanágio da advocacia e, por isso, devem ser atributos dos que a exercem. Estes não de pautar sua conduta pessoal e profissional segundo os valores que lhes correspondem”.³ Percebemos que a conduta pessoal do advogado não se desliga de sua conduta profissional, ambas são uma, ou seja, seu comportamento é moldado pelos princípios e regras exigidos pelo sistema ético da profissão.

A Ordem dos advogados do Brasil deixou bem claro que a conduta dos advogados tem papel social e busca ser um exemplo para todos os indivíduos, independentemente de serem ou não advogados, vejamos o preâmbulo do Código disciplinar e ética da OAB, instituído no ano de 1995.

2 PIOVEZAN, Giovane Cassio. Estatuto da advocacia da OAB comentado. Curitiba. OABPR. 2015. P. 18.

3 MEDINA, 2016, p. 35.

O CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL, ao instituir o Código de Ética e Disciplina, norteou-se por princípios impostergáveis que formam a consciência profissional do advogado e representam imperativos de sua conduta, tais como: lutar sem receio pelo primado da Justiça; pugnar pelo cumprimento da Constituição e pelo respeito à Lei, fazendo com que esta seja interpretada com retidão, **em perfeita sintonia com os fins sociais a que se dirige e às exigências do bem comum**; ser fiel à verdade para poder servir à Justiça como um de seus elementos essenciais; proceder com lealdade e boa-fé em suas relações profissionais e em todos os atos do seu ofício; empenhar-se na defesa das causas confiadas ao seu patrocínio, dando ao constituinte o amparo do Direito, e proporcionando-lhe a realização prática de seus legítimos interesses; comportar-se, nesse mister, com independência e altivez, defendendo com o mesmo denodo humildes e poderosos; exercer a advocacia com o indispensável senso profissional, **mas também com desprendimento, jamais permitindo que o anseio de ganho material sobreleve à finalidade social do seu trabalho**; aprimorar-se no culto dos princípios éticos e no domínio da ciência jurídica, de modo a tornar-se merecedor da confiança do cliente e da sociedade como um todo, pelos atributos intelectuais e pela probidade pessoal; **agir, em suma, com a dignidade das pessoas de bem** e a correção dos profissionais que honram e engrandecem a sua classe.⁴ (Grifos do autor)

Está evidente que o conceito ético e moral, usado como base para a constituição do Código Disciplinar e Ética da OAB, não está apenas sustentado em princípios jurídicos, buscou-se nortear nos valores que a sociedade anseia e deseja que todos pratiquem e sirva de exemplo. No “preambulo” do referido código disciplinar, está explícito que o interesse não é meramente apenas regular à atividade profissional, mas demonstrar também que ela pode corroborar para a construção de uma sociedade melhor, pois ao afirmar que o advogado deve agir “em perfeita sintonia com os fins sociais a que se dirige e às exigências do bem comum”,⁵ fica patente que a organização dos advogados do Brasil, buscou colocar a profissão como um instrumento capaz de contribuir para formação de um ambiente social mais humano e responsável.

Ao analisarmos o preambulo do código disciplinar e ética da OAB, através de um olhar mais social, veremos que ele busca imprimir na conduta dos advogados um senso de responsabilidade, para a construção de uma consciência equilibrada capaz de priorizar o bem social acima do lucro, claro que o profissional da advocacia também é um trabalhador que busca seu lucro através de seus esforços, “mas também com desprendimento, jamais permitindo

4 OAB, 1995, p. 1.

5 OAB, 1995, p. 1.

que o anseio de ganho material sobreleve à finalidade social do seu trabalho”.⁶ Mais uma vez, vemos a preocupação do código disciplinar e ética da OAB, em colocar a função social acima do capitalismo, ou seja dos ganhos, fato que é muito benéfico para nossa sociedade contemporânea, pois, estamos vivendo numa era desfreada pela busca do lucro, em que muitas pessoas deixam de lado seu dever e responsabilidade social e usam meios, práticas e forma imorais e ilegais para alcançar seus objetivos.

Quanto mais estudamos o código disciplinar e ética da OAB, ficamos convencidos de sua função ético-social. Não é apenas um ou dois pontos que apresentam a responsabilidade social como regra do mencionado código, são vários momentos que temos dentro do texto regulamentar do código disciplinar e ética da Ordem dos Advogados do Brasil, um deles é a orientação positivada na mencionada norma de que o advogado deve “agir, em suma, com a dignidade das pessoas de bem”.⁷

Nos artigos 1º e 2º, do código disciplinar e ética da OAB, encontramos parâmetros para conduta do advogado, objetivando instruir o profissional no cotidiano de suas tarefas profissionais, sempre considerando as implicações morais e sociais de suas ações.

DA ÉTICA DO ADVOGADO CAPÍTULO I DAS REGRAS DEONTOLÓGICAS FUNDAMENTAIS

Art. 1º. O exercício da advocacia exige conduta compatível com os preceitos deste Código, do Estatuto, do Regulamento Geral, dos Provimentos e com os demais princípios da moral individual, social e profissional.

Art. 2º. O advogado, indispensável à administração da Justiça, é defensor do Estado democrático de direito, da cidadania, da moralidade pública, da Justiça e da paz social, subordinando a atividade do seu Ministério Privado à elevada função pública que exerce.

Parágrafo único. São deveres do advogado:

I—Preservar, em sua conduta, a honra, a nobreza e a dignidade da profissão, zelando pelo seu caráter de essencialidade e indispensabilidade;

II —Atuar com destemor, independência, honestidade, decoro, veracidade, lealdade, dignidade e boa-fé;

III —velar por sua reputação pessoal e profissional;

IV —Empenhar-se, permanentemente, em seu aperfeiçoamento pessoal e profissional;

⁶ OAB, 1995, p. 1.

⁷ OAB, 1995, p. 1.

- V –contribuir para o aprimoramento das instituições, do Direito e das leis;
- VI –estimular a conciliação entre os litigantes, prevenindo, sempre que possível, a instauração de litígios;
- VII –aconselhar o cliente a não ingressar em aventura judicial;
- VIII –abster-se de:
 - a) utilizar de influência indevida, em seu benefício ou do cliente;
 - b) patrocinar interesses ligados a outras atividades estranhas à advocacia, em que também atue;
 - c) vincular o seu nome a empreendimentos de cunho manifestamente duvidoso;
 - d) emprestar concurso aos que atentem contra a ética, a moral, a honestidade e a dignidade da pessoa humana;
 - e) entender-se diretamente com a parte adversa que tenha patrono constituído, sem o assentimento deste.
- IX –pugnar pela solução dos problemas da cidadania e pela efetivação dos seus direitos individuais, coletivos e difusos, no âmbito da comunidade.⁸

No contexto do código disciplinar e ética da OAB, as regras são princípios para autorreflexão do advogado, visando sempre o orientar a tomar decisões que levem a uma solução equilibrada e moralmente justa.

Possivelmente, temos como um dos principais objetivos éticos, alcançar através de nossas ações um fim melhor, ou seja, uma natureza prática mais benéfica para nós e para os outros. Um dever de proporcionar uma escolha correta em realidade.

Somente o conceito de *um fim* é também um dever, um conceito que pertence exclusivamente à ética, estabelece uma lei para máximas de ações subordinando o fim subjetivo (que todos têm) ao fim objetivo (que todos devem tomar seu fim).⁹

Ora, claro que nenhuma norma ou regra vai controlar as ações, apenas indicar como elas podem ser mais benéficas, pois ao agir, o indivíduo decide por si só, sua escolha de como deve proceder ativamente em suas ações é o fruto de sua consciência.

Para toda ação ou conduta, existe uma escolha, que implicará em um determinado fim e resulta.

O imperativo “Deves tornar isto ou aquilo (por exemplo, a felicidade dos outros) o teu fim” tem a ver com a matéria de escolha (um objeto). Ora, nenhuma ação livre é possível, a menos que o agente também vise a um fim (que é a matéria de escolha).¹⁰

⁸ OAB, 1995, p. 1-2.

⁹ KANT, Immanuel. *A metafísica dos costumes*. Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. Bauru: Edipro, 2003. p. 233.

¹⁰ KANT, 2003, p. 233.

Agir, requer escolher, nessas escolhas encontramos também as decisões que levam as condutas que são parte da vida, pois “a vida não apenas exige decisão; a vida é decisão o próprio ato de permanecer vivo implica decisão diária.”¹¹

Agir conforme um determinado dever, ou basicamente através de alguma regra, cumprindo determinado dispositivo, não significa que tal conduta seja mecânica e desprovida de efetividade social prática.

Embora não haja nada de meritório na conformidade das ações de alguém com o direito (em ser um ser humano honesto), a conformidade com o direito das máximas de tais ações de alguém, enquanto deveres, isto é, o respeito pelo direito, é *meritório* pois com isso alguém torna o direito de humanidade, ou também o direito dos seres humanos, o seu fim e o fazendo o seu conceito de dever além do conceito do que é devido (*officium debiti*), uma vez que outrem pode efetivamente por seu direito requerer de mim ações de acordo com a lei, mas não que a lei seja também meu estímulo para essas ações. O mesmo vale para o comando ético universal “age conforme o dever a partir do dever,” estabelecer e fomentar essa disposição em si mesmo é, como no caso anterior, *meritório*, uma vez que vai além da lei do dever para as ações e torna a própria lei também o estímulo.¹²

Incentivar a prática cultural e condutas por meio da lei é imprimir um imperativo nos princípios éticos das pessoas, porém tal questão não pode superar efetivamente o exemplo, e basicamente o considera um “bom” exemplo, fato que buscamos construir na consciência social dos indivíduos contemporâneos. Como nos ensina Engelmann, “infelizmente os meios de comunicação divulgam diariamente situações, oriundas dos três poderes do Estado, em que fica clara a falta de responsabilidade e seriedade de pessoas que têm a obrigação moral e jurídica de mostrar o bom exemplo”.¹³

O que podemos perceber, é que, a imposição apenas de regras não são o suficiente, é necessário que exista uma prática que demostre um exemplo considerado benéfico e desejado pela sociedade.

11 FORELL, 2005, p.20.

12 KANT, 2003, p. 233.

13 ENGELMANN, Wilson. *Princípio da igualdade*. São Leopoldo: Sinodal, 2008. p. 31.

Claro que a prática também exige orientação, e de fato, as regras são paramentos para instrução da conduta, pois precisamos de suporte para nos nortear nas tomadas de decisões, conforme aponta Dietrich Bonhoeffer.

O homem de consciência luta solitariamente contra a superioridade das situações forçosas a exigir decisão. Contudo, sem conselho nem suporte de parte alguma a não ser de sua própria consciência, a extensão dos conflitos em que deve optar o dilacera¹⁴.

Nesse sentido, se apropriar das regras como marco orientador e não como medida impositiva que impõe obrigação, é de fato imprescindível para se construir uma cultura ética.

Os agentes morais, em primeiro lugar, são indivíduos concretos que fazem parte de uma comunidade. Seus atos são morais somente se considerados nas suas relações com os outros; contudo, sempre apresentam um aspecto subjetivo, interno, psíquico, constituído de motivos, impulsos, atividade da consciência que se propõe fins, seleciona meios, escolhe entre diversas alternativas, formula juízos de aprovação ou de desaprovação, etc.; neste aspecto psíquico, subjetivo, inclui-se também a atividade subconsciente (VAZQUEZ, 2000, p.29).

Todos nós, somos agentes morais, nossas ações e condutas atingem a estabilidade social, principalmente quando se trata de uma atividade que gera intervenções diretas, como é o caso da advocacia.

A interação direta com o outro, implicará em uma consequência que atingirá as relações e suas bases, valores, emoções e julgamento.

A consciência ética e social do jurista é um mister na medida em que o instrumental jurídico também pode ser dito um instrumental ético e social, na medida em que interfere na conduta e no comportamento das pessoas e em e em sua forma de se organizar e distribuir socialmente.¹⁵

Está patente que a ética aplicada na prática jurídica e no exercício da profissão do operador do direito, é um instrumento de intervenção social,

¹⁴ BONHOEFFER, Dietrich. *Ética*. 9. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2009. p. 46.

¹⁵ BITTAR, Eduardo C. B. *Curso de ética geral e profissional*. 15. ed. São Paulo: Saraiva, 2019. p. 494.

corroborar para com a construção da cultura moral da sociedade e todos os envolvidos.

Cabe salientar que, no cotidiano do mundo jurídico, o que se busca é reparação e correção de atos ilícitos ou ilegais por assim dizer, o que tem muito a ver com a realidade da ética e moral social.

A consciência ética de cada indivíduo é importante para o sistema social, pois a coletividade é formada por diversas individualidades que busca o bem comum, ou seja, promover um ambiente saudável e seguro para todos, de forma igual e continua.

Considerando todas as implicações humanas, a ética se tornou uma bússola para conduzir o ser humano em sua jornada social, produzindo uma série de respostas subjetivas para fundamentar parâmetros capazes de fomentar as soluções para os conflitos e contradições do cotidiano da vida social.

A ética se preocupa, podemos dizê-lo agora, com as formas humanas de resolver as contradições entre necessidade e possibilidade, entre tempo e eternidade, entre o individual e o social, entre o econômico e o moral, entre o corporal e o psíquico, entre o natural e o cultural e entre a inteligência e a vontade. Essas contradições não são todas do mesmo tipo, mas brotam do fato de que o homem é um ser sintético, ou, dito mais exatamente, o homem não é o que apenas é, pois ele precisa tornar-se um homem, realizando em sua vida a síntese das contradições que o constituem inicialmente.¹⁶

Os problemas sociais são oriundos em sua maioria, das contradições que o ser humano produz. Evidente que cada pessoa tem sua autonomia de pensamentos, cada indivíduo existe de forma única, pois cada pessoa tem sua própria consciência individual, por isso, as várias formas de agir e conceber os princípios éticos e morais.

As diferenças não são em si algo ruim, ao contrário, enriquecem o sistema social, possibilitando a existência do contraditório, nesse sentido, a verdade, o bom, o bem, a justiça, a igualdade e até mesmo a ética é construída por diferentes formas de ver o mundo.

Os conflitos podem ser paradigmas, porém os mesmos no campo cognitivo, podem produzir diversos benefícios pois suas implicações levam a

16 VALLS, 1994, p.56.

discussões e busca por soluções mediadora para promover uma sociedade mais segura e moralmente estável onde todos possa se sentir em paz e protegidos.

A ética, como um instrumento intelectual e cognitivo que corroboram para as soluções dos conflitos morais.

3. ADVOCACIA E PRÁTICA SOCIAL

Inicialmente, cabe salientar que a atividade social, visa a coletividade, o bem geral acima dos interesses individuais, embora possamos aceitar que a individualidade é parte dos interesses coletivos de todo o grupo social. Dessa forma, atividade jurídica do advogado é, portanto tudo uma atividade social.

Assim como toda profissão, a profissão jurídica encontra seus mandamentos basilares estruturados em princípios gerais de atuação, de acordo com as especificidades dessa atividade social e de acordo com os efeitos dessa atividade em meio às demais.¹⁷

A advocacia não pode ser uma atividade tida, somente como um negócio que leva a riqueza, não é aceitável que atribua o conceito tão simplista de uma profissão tão grande e indispensável para o bem social.

Cada advogado, deve promover a profissão como instrumento promoção de igualdade social, deve ter o lucro como resultado final e não como objetivo maior, pois deverá existir um desprendimento que coloque o bem social e das pessoas como a maior conquista de seu trabalho, nesse sentido, viver para servir ao próximo e a sociedade. Conforme Medina, a responsabilidade social do advogado é inerente ao ministério privado do mesmo.

A função social inerente ao ministério privado exercido pelo advogado (Estatuto, art. 2º, § 1º) é destacada no mandamento de exercer a advocacia com o indispensável senso profissional, mas também com desprendimento, jamais permitindo que o anseio de ganho material sobreleve a finalidade social do trabalho.¹⁸

Ao contrário do que muitos acreditam a advocacia não é uma profissão para servir os ricos e mais elevados da sociedade, ela tem uma função social indispensável para a democracia, pois, sua existência também tem como

¹⁷ BITTAR, 2019. p. 487.

¹⁸ MEDINA. 2016, p. 28.

objetivo combater as desigualdades sociais, através da justiça e auxílio aos mais carentes e vulneráveis que não podem ou não tem como garantir seu direito de defesa no sistema jurídico.

O advogado *pro bono* é, pois, um voluntário, engajado em missão de sentido social, altruístico e filantrópico. Exerce esse papel prestando serviço de sua especialidade a determinadas instituições. Ou, sem guardar designação ou convocação para atuar em favor de um necessitado, propõe-se exercer o seu múnus público em prol de concidadãos, a fim de que estes não fiquem privados do amparo do direito, em razão de sua condição social.¹⁹

O direito à defesa vai muito mais além de ter um advogado para lhe defender quando for preso e sim para garantir seus direitos como cidadão. Direito de proteger seu acesso à justiça.

Cabe destacar que muitas pessoas precisam recorrer à justiça para garantir suas necessidades básicas, pois muitos não têm recursos para pagar um advogado principalmente àqueles processos voltados para a área da saúde que dependem totalmente do Estado. Acontece que esse auxílio é negado muitas das vezes obrigando-os a acionar o judiciário para lhes fazer justiça.

Conforme nos ensina Paulo Lôbo, “o advogado realiza a função social quando concretiza a aplicação do direito (e não apenas da lei) ou quando obtém a prestação jurisdicional e quando, mercê de seu saber especializado, participa da construção da justiça social”.²⁰ Fica evidente que, o advogado que age de forma muitas vezes *pro bono*, para os mais necessitados, demonstra a nobreza e grande relevância social da profissão para promover, igualdade, justiça, paz, segurança e zelo pela dignidade e vida humana.

Enfim, pensar em responsabilidade é pensar em ética. Ela implica compromisso com a humanidade, respeitando os direitos humanos, justiça, dignidade; e com o planeta, comportando-se de forma responsável e comprometida com a sustentabilidade de toda a rede de vida.²¹

Seria de grande relevância para o crescimento cultural e social de nosso país, se todos que atuam como advogados, entendesse seu papel social, o que não significa que é trabalhar gratuitamente, mas de construir uma ética social,

19 MEDINA. 2016, p. 80.

20 LÔBO, Paulo. *Comentários ao estatuto da advocacia e da OAB*. 11. ed. São Paulo. Saraiva Educação, 2018. p. 48.

21 PASSOS, 2015, p. 167.

voltada a responsabilidade pelos valores humanos e por princípios éticos que por muitas vezes são deixados de lado na advocacia.

4. Considerações Finais

Os atos de responsabilidade social que zelam pela dignidade humana, são na verdade a transcrição dos princípios éticos. O compromisso de cuidar do meio ambiente e dos direitos fundamentais de todo o indivíduo que compõe a sociedade é de fato uma responsabilidade ética e moral da advocacia, e, o advogado que não imprimir essa missão em sua atuação não está condizente com o verdadeiro sentido seu papel como profissional e como membro da sociedade.

Ser membro da sociedade, implica em ter responsabilidades com ela, inclusive zelar pelos princípios éticos e morais exigidos.

5. Referências bibliográficas

BARROCO, Maria Lúcia Silva. *Ética e sociedade*. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), 2012.

BRASIL. *Constituição Federal de 1988*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 06/06/2022.

BRASIL. *Lei nº 8.906, de 4 de julho de 1994*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8906.htm. Acesso em: 20/06/2022.

CHAUÍ, Marilena. *Convite à filosofia*. 12. ed. São Paulo: Ática, 1999.

COELHO, Marcus Vinicius Furtado. *Comentário ao novo código de ética dos advogados*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

CORTINA, Adela. *Ética sem moral*. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

ENGELMANN, Wilson. *Princípio da igualdade*. São Leopoldo: Sinodal, 2008.

FORELL, George W. *Ética da decisão*. 8. ed. São Leopoldo: Sinodal, 2005.

KANT, Immanuel. *A metafísica dos costumes*. Tradução, textos adicionais e notas Edson Bini. Bauru. São Paulo: Edipro, 2003.

LÔBO, Paulo. *Comentários ao estatuto da advocacia e da OAB*. 11. ed. São Paulo. Saraiva Educação. 2018.

MEDINA, Paulo Roberto de Gouvêa. *Comentários ao código de ética e disciplinas da OAB: análise do código de 2015, pelo relator do anteprojeto e da sistematização final do texto*. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

MORGAN, Gareth. *Imagens da organização*. Tradução de Cecília Whitaker Bergamini e Roberto Coda. São Paulo: Atlas, 1996.

OAB. *Resolução OAB nº. 02/2015*. Disponível em: <https://www.oab.org.br/arquivos/resolucao-n-022015-ced-2030601765.pdf>. Acesso em: 06/06/2022.

PIOVEZAN, Giovane Cassio. *Estatuto da advocacia da OAB comentado*.

Curitiba. OABPR. 2015. Disponível em: http://www2.oabpr.org.br/downloads/ESTATUTO_OAB_COMENTADO.pdf. Acesso em: 14/06/2019.

PAGÈS, Max (et al). *O poder das organizações*. Tradução de Maria Cecília Pereira Tavares e Sônia Simas Favatti. São Paulo: Atlas, 1987.

PASSOS, Elizete. *Ética nas organizações*. São Paulo: Atlas, 2015.